



MUNICÍPIO DE ARGANIL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 06

Sessão Ordinária

da

Assembleia Municipal

realizada

em

16 de Dezembro de 2017

RPM



Assembleia Municipal

ACTA N.º6

-----Ao décimo sexto dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezassete, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de Ricardo Pereira Alves, sendo Secretariado pelos Senhores Deputados António Gonçalves Cardoso e Nuno Alberto Fernandes de Couto Espinal, na qualidade de 1º e 2º Secretários, respectivamente.-----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia**, após cumprimentar todos os Membros da Assembleia, o Presidente da Câmara e Vereação, a Comunicação Social, o público e os funcionários presentes na sala chamou os Senhores Manuel Augusto Simões Rodrigues e André Rodrigues Vicente para tomarem posse como Membros da Assembleia Municipal de Arganil, dado que não tinham estado presentes no acto da tomada de posse no dia 23 de Outubro p.p..-----

----- O Senhor Presidente deu a palavra ao **Segundo Secretário da Mesa**, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

Deputados Municipais eleitos:

António Gonçalves Cardoso, António Miguel Ribeiro Pinheiro, Sara Rita Rodrigues Pedroso, Manuel Augusto Simões Rodrigues, Joana Rita Ribeiro de Oliveira Gomes, Elisabete Simões Oliveira, Luís da Silva Moreira Gomes, Nuno Alberto Fernandes de Couto Espinal, Fernanda Maria Marques Martins Pacheco, Tamára Alexandra Brandão Simão, André Rodrigues Vicente, Miguel Mateus Teixeira, Ivone Inês de Almeida Sousa Borges, António João Lopes, Cristophe Rodrigues Coimbra, Mário Rui Adrião Gonçalves; Maria José das Neves Fernandes Silva. -----

Deputados Municipais com Assento:

Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João António Travassos Nunes; Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita, José Gonçalves da Costa Pinheiro; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Paulo Jorge Travassos Batista; Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, José da Conceição Lopes; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Luís Fernando das Neves Rodrigues;



Assembleia Municipal

Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, José Manuel Fidalgo Nogueira; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da Junta de Freguesia das Secarias, António Souto de Carvalho; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida; Presidente da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva, João Manuel Marques Tavares; Presidente da União das Freguesias de Vila Cova do Alva e Anseriz, Paulo Amaral. -----

-----O **Segundo Secretário da Mesa** continuou dando conhecimento do pedido de justificações das faltas dos Senhores Deputados Ana Sofia Pedroso Lopes Antunes, Mário Pereira Gonçalves, Daniel Ricardo Simões Gonçalves, e da Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Gomes Oliveira. -----

-----As justificações recebidas por escrito fazem parte da presente acta (anexos). -----

-----Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, acompanhado pela restante Vereação respectivamente Paula Dinis, Luís Almeida, Érica Castanheira, Rui Silva, Fernando Vale e Tyoga Macdonald. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

-----Foi dada a palavra ao **Senhor António Batista**, que, depois de saudar todos os presentes e felicitar os eleitos, desejou que o Senhor Presidente da Câmara continue a fazer o excelente trabalho a nível contabilístico que realizou nos últimos doze anos. -----

-----Continuou, lamentando o facto da sinalização no asfalto na via que vai da sede do Concelho à Murganheira se encontrar num estado deplorável e conduz a acidentes. -----

-----Também o asfalto que foi colocado entre o Vale do Mendo e as Pocilgas, obra executada pela Câmara Municipal, está há alguns meses a aguardar conclusão. -----

-----Deu conta também que junto à sua porta foi colocado um bidon para assinalar uma grelha com problemas, pensando que já está na altura de ser resolvido o problema. -----



Assembleia Municipal

----- Considera também que seria oportuno, depois do flagelo dos incêndios, começarem a desbastar as árvores que se encontram nas bermas das estradas municipais, alertando também os serviços de protecção civil para os múltiplos silveirais que existem dentro das vilas e aldeias. -----

----- Mostrou também o seu descontentamento pelo estado lamentável e deplorável em que se encontra o Coreto na Fonte de Amandos, pois antigamente a Filarmónica Arganilense, que merece todo o seu respeito e admiração, ainda vinha fazer actuações naquele coreto no entanto neste momento é vergonhoso o seu estado sendo aquele espaço uma sala de visitas da vila de Arganil. -----

----- Também o Aldeamento na Roda de Pombeiro da Beira mereceu a sua manifestação de desagrado, pois, neste momento, o que deveria ser um motivo de orgulho para os Pombeirenses é uma lixeira e um caos. As casas que estavam prontas e equipadas para o futuro aluguer foram assaltadas e vandalizadas. -----

----- Concluiu pedindo a todos os membros do Executivo bem como da Assembleia que executem da melhor maneira o mandato para o qual foram eleitos. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que depois de cumprimentar todos os presentes na Sala agradeceu a intervenção do Senhor António Batista e informou que partilhava das preocupações apresentadas. -----

----- Esclareceu ainda, que em relação ao Aldeamento da Roda, um investimento privado construído ilegalmente, neste momento e com base no PDM de 2015 e com o Plano de Ordenamento da Albufeira das Fronhas, se o Promotor assim o desejar é possível proceder à sua legalização. -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. ----- **Leitura do expediente.** -----

----- O **Primeiro Secretário, Senhor Deputado Municipal António Gonçalves Cardoso**, deu conta que na correspondência recebida não havia nada de especial relevância. Existiam convites, votos de pesar decorrentes dos incêndios de Outubro e as propostas que tinham sido remetidas pelo Senhor Deputado Municipal António João Lopes, que já haviam sido distribuídas por todos. -----

----- A listagem de toda a correspondência recebida fará parte dos anexos à presente acta. -----



PPD
Pauze

Assembleia Municipal

2. Discussão e votação da Acta da Sessão nº5, realizada no dia 23 de Outubro de 2017.-----

----- Não havendo registo de intervenções a acta foi aprovada por maioria, com as abstenções dos Senhores Deputados Manuel Augusto Rodrigues e André Vicente, dado que não tinham estado presentes na sessão anterior. -----

3. Assuntos de Interesse para o Município. -----

O Senhor Presidente da Assembleia informou que, de acordo com o actual Regimento da Assembleia, este ponto tem a duração de sessenta minutos, sendo a distribuição por grupos municipais feita do seguinte modo: 5 minutos para cada Partido/Independentes e o restante distribuído através da aplicação do método de Hondt. Os tempos por grupo municipal são os seguintes:-----

PSD vinte e sete minutos, PS vinte minutos, CDU seis minutos, e Presidentes de Junta independentes sete minutos. O Executivo terá quinze minutos para responder.

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Miguel Pinheiro**, que, depois de cumprimentar todos os presentes, desejou que os trabalhos decorram com normalidade pois estavam todos disponíveis para colaborar com uma intervenção construtiva. -----

----- Continuou a sua intervenção falando sobre os acontecimentos de Outubro, a maior tragédia, desde que há memória, que aconteceu no Concelho de Arganil. Defendeu a necessidade de se estabelecer uma hierarquia de prioridades incontornável sobre a intervenção directa de apoio aos municípios afectados e também uma prioridade incontornável de médio prazo de gestão de expectativas e de planeamento da intervenção futura que tem de ser, obrigatoriamente priorizada e conduzida por quem tem um mandato político para o fazer que é o Município de Arganil. -----

----- “ Passados que são dois meses dos acontecimentos, já podemos de alguma forma perceber o que tem acontecido. Tem havido uma extraordinária onda de solidariedade e apoio da sociedade civil, que deve ser acarinhada e apoiada, e tem havido alguma indefinição, julgo eu, da parte pública na resposta rápida às populações. No caso de Arganil, e da leitura do preambulo do Orçamento, o Município criou vários Gabinetes de Crise para dar resposta a esta questão. Gostávamos de perceber a nível dos Gabinetes de Crise como funcionaram, como estão a funcionar, qual é a melhor forma dos



Assembleia Municipal

Municípios se inteirarem do que têm ao seu dispor. Também dar conta de que não temos tido percepção de que a intervenção do Município de Arganil tenha sido tão enfática como devia ser em termos da proporção da tragédia que aconteceu no Concelho, em comparação com outros Municípios. Temos tido o registo de entidades que estão disponíveis para ajudar, registos concretos de empresas, instituições e até organismos não públicos que querem apoiar e não tem tido o devido enquadramento por parte do Município. Acredito que não é uma tarefa fácil, para a qual se estivesse preparado (e aí concedo esse ponto) no entanto há aspectos concretos de 2 ou 3 situações em que gostávamos de perceber o porquê do Município não ter capacidade de enquadrar a ajuda. Estou a falar de uma organização não-governamental francesa, que, e no seguimento do que tinha feito em Pedrógão, se disponibilizou a apoiar com a cedência de mobiliário para casas, e não obteve resposta da Câmara! Da empresa Transitec que se viu incapacitada de ter o enquadramento da ajuda que propôs ao Município! Do caso da ajuda da empresa Secil, que apesar de já estar enquadrada criou aqui uma situação de alguma incapacidade de comunicação entre os vários Gabinetes de Crise do Município, dado que ao mesmo tempo que publicitava na página do facebook do Município a ajuda da Secil, o Município dava conta no mesmo dia que não tinha tido comunicação nenhuma para o efeito. Nota-se uma falha de comunicação. O que queremos não é apontar falhas, é sublinhar a importância do assunto e percebermos mais do que nos foi disponibilizado, pois recebemos muito papel mas no que toca a este assunto a informação é mínima. Consideramos ser importante neste momento ouvir o Sr. Presidente dar-nos conta das dificuldades que têm surgido, quem são os responsáveis dos vários gabinetes, que tipos de apoio já disponibilizou, quer material quer psicológico, pois as pessoas precisam de ânimo, de um horizonte de esperança, coisa que neste momento não têm. Precisam de planeamento a curto, médio e longo prazo. Consideramos que não se pode estar à espera de determinações da administração central, é importante actuar já! Nós é que cá estamos, temos de criar estratégias de discriminação positiva para quem sofreu. Também gostávamos de perceber quais são os próximos passos e perceber de que forma é que quem quer ajudar o pode fazer com uma consequência rápida. Percebemos que a agenda mediática muda de uma semana para a outra mas esta é a nossa preocupação! -----

Outro assunto que gostávamos de colocar ao Executivo é a suspensão das obras na vila de Arganil. O que aconteceu no período antes das eleições, o discurso do Executivo em relação aos incómodos provocados pelas obras no Centro Histórico da vila de Arganil focava-se principalmente na fatalidade da escolha de um empreiteiro que não cumpria. Foi essa sempre a justificação apontada para o andamento deficitário da obra, foi essa a determinação e justificação apresentada aos comerciantes, aos munícipes, aos visitantes, e a todos aqueles que se interessavam e se apercebiam da evidência



Assembleia Municipal

de que obra não corria da melhor forma; isto era o discurso antes das eleições. Depois das eleições o discurso alterou-se consideravelmente e o comunicado que foi divulgado de enquadramento à suspensão da obra, quanto a nós, enferma em algumas situações e que julgamos ser interessante uma reflexão sobre isso nomeadamente porque a comunicação publica fragiliza o Município de uma forma desnecessária, descredibiliza um agente no processo que considero que deveria ser protegido. Os funcionários da Câmara e o corpo técnico que na altura da apresentação foi exposto e serviu de instrumento para apresentação do projecto, e muito bem, são pessoas que nos merecem toda a credibilidade e respeito e não podem ser descredibilizados de forma leviana na praça publica. Esta questão preocupa-nos porque é dito no comunicado, que para resolver a questão, vai ser chamado um gabinete de arquitectura com experiência. Pergunto então o que é que daqui para a frente, que tipo de projectos vão fazer os técnicos que foram desta forma descredibilizados? Se não servem para fazer o projecto que fizeram, que foi um projecto bandeira para a candidatura do PSD, de que forma vão ser exposto de novo numa outra situação. Tendo em conta a proposta de orçamento para 2018, o valor para encomenda de projectos de cariz externo é baixo, o que indicia que haverá projectos que serão feitos pelo gabinete técnico da Câmara, julgo que foi uma posição com uma intensidade de foco sobre um corpo técnico que não o merecia e fragiliza o Município no seu discurso anterior e eventualmente na discussão de pormenores de obra que terão certamente e pelos vistos o andamento de outras obras de referência no Município feitas há pouco tempo e que ainda fazem parte da lista de processos em tribunal. A nossa pergunta é: o que é vai acontecer? O que vai acontecer nos próximos tempos? De que forma esse gabinete externo vai ser escolhido, de que forma essas pessoas tem mais experiência do que o corpo técnico da câmara? De que forma vai ser feita a articulação com o gabinete externo? Vai haver uma nova entidade fiscalizadora da obra? Que timings da obra vão acontecer durante o ano 2018? E ainda se a população pode sossegar em relação à vulnerabilidade das suas vidas e rotinas em relação a uma obra que ainda tem um milhão de euros de execução física? Este é um assunto que nos preocupa e gostávamos que o Sr Presidente nos sossegasse." -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção e informou que foram usados quinze minutos e trinta segundos. -----

----- Seguidamente deu a palavra ao Senhor Deputado António João Lopes que depois de cumprimentar todos os presentes, e de considerar que tem pouco tempo para intervir, disse que em Outubro tinha remetido à Mesa da Assembleia um conjunto de propostas para serem divulgadas por todos os Membros da Assembleia para que hoje pudessem ser discutidas e, se possível, formar um grupo de trabalho em volta dos aspectos económicos, que se criaram após os incêndios e que é um



Assembleia Municipal

problema grave dado que as árvores foram queimadas e já não têm valor como madeira, mas sim como lenha, havendo muitos milhares de metros cúbicos que se não forem aproveitados nestes dois/três anos acabam por apodrecer, especialmente o pinheiro. Continua, propondo que ao abrigo de um Decreto Lei que saiu em Junho, ainda antes do incêndio de Pedrógão, e porque o assunto em questão é extremamente grave e “eu tenho-o acompanhado desde há vinte e cinco anos, que participei de uma forma muito próxima naquela central de Mortágua, que foi destinada à queima dos resíduos da floresta em excesso, para que se minimizasse os danos causados pelos incêndios. Isto, em 1990, já havia esta preocupação. Havia um programa para fazer no país sete centrais como aquela. No entanto, só se construiu uma. Neste momento concluímos que ardeu o equivalente a muitos milhares de barris de petróleo. É possível com a legislação publicada e com os apoios que existem ao nível internacional podermos fazer uma queima dessa lenha produzindo energia eléctrica e vendendo à rede. No entanto, estas centrais precisam sempre de uma fonte fria, ou seja, devem estar próximo de um rio, de uma barragem ou albufeira. É o que acontece em Mortágua. No nosso caso que temos dois rios poderia se localizar entre Arganil e Tábua ou Arganil e Oliveira de Hospital ou entre os três concelhos.”-----

----- Há um outro aspecto de interesse económico que gostava de realçar, que é voltar a povoar de abelhas a parte alto concelho, indicando inclusivamente uma cooperativa de Portalegre que vende abelhas mestres tornando mais fácil a produção de enxames. -----

----- Continuou, dando conta que não se devem fazer plantações descoordenadas, porque estando numa fase inicial de rearboração se devem tentar escolher as melhores árvores para os melhores locais. Porque, continuou, temos locais excelentes para árvores de fruto e poderia ser motivo de enriquecimento para o Município. -----

----- Terminou, questionando o executivo sobre o plano que está feito ou previsto para a zona que não ardeu, não arda no próximo verão. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu a intervenção e deu conta que o Senhor Deputado usou quatro minutos e trinta segundos. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Christophe Coimbra**, que, depois de cumprimentar todos os presentes, saudou a intenção constante na informação recebida de redução da carga fiscal, o que na sua opinião significa uma tentativa de reversão e de tentar criar condições de repovoamento da nossa região. São propostas muito interessantes e uma mais valia para as pessoas que habitam no concelho, como é o caso da proposta do IMI. No seguimento dessas propostas questionou o Executivo sobre as propostas para a atractividade de gerar investimento, para criar maior



APM
João

Assembleia Municipal

empregabilidade e ao mesmo tempo maior investimento no tecido empresarial pois a par das condições que existem nos equipamentos sociais há necessidade de criar condições de fixação das pessoas no Concelho. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu a intervenção (dois minutos e dez segundos) e deu a palavra ao Senhor Deputado André Vicente. -----

----- O **Senhor Deputado André Vicente** saudou o Senhor Presidente da Assembleia, bem como os restantes Membros da Assembleia. Saudou igualmente todos os Presidentes de Junta/União de Freguesias com um ênfase especial ao Senhor Idílio Correia, Presidente da Junta de Sarzedo, freguesia do senhor Deputado. "A todos, sem excepção, desejo os maiores sucessos nesta caminhada que se iniciou em Outubro, pois quer tenham sido eleitos pelo PS, pelo PSD, pela CDU ou como Independentes, se fizerem um bom trabalho, isso significa que o concelho de Arganil estará melhor, o que só me poderá deixar feliz e orgulhoso. Um cumprimento especial ao Dr. Luís Paulo Costa, Presidente da Câmara, bem como a todos os Vereadores eleitos. Os Arganilenses souberam reconhecer o trabalho que desenvolveu nos últimos doze anos porque se Arganil pode hoje sonhar com mais investimento no futuro deve-se à sua dedicação à causa pública. Sendo jovem, valorizo ainda mais quem desipoteceu uma geração. Arganil confia em si e no seu projecto para liderar os destinos do nosso território. Contudo, por muito competente que o Dr. Luís Paulo seja e por traços importantes que lhe reconheço e valorizo, a verdade é que não consegue fazer nada sozinho. Reuniu-se de uma equipa competente, unida e com muita vontade de trabalhar pelo nosso concelho. -----

----- Estimado público, caros Arganilenses dizer que neste momento sinto um enorme sentido de responsabilidade. Farei tudo o que estiver ao meu alcance para estar à altura das funções que me foram consignadas. Sou o primeiro a reconhecer as minhas fragilidades e procurarei compensá-las com esforço e dedicação. É com isto que os Arganilenses podem contar, com uma voz activa que os defende, que luta pelos seus interesses. No fundo, com uma política de proximidade, construtiva longe da demagogia, do populismo e da partidarite. Há um princípio basilar da herança política de uma das figuras principais do meu partido, Dr Francisco Sá Carneiro, que é parte integrante da política que defendo e pela qual fui eleito «*Acima dos interesses do partido estão os interesses das pessoas*» e eu ainda acrescentaria onde não há espaço para o interesse pessoal!". Para mim, só assim a política faz sentido. Dito isto, senhoras e senhores deputados estou totalmente disponível para trabalhar com cada um de vós, independentemente da bancada a que pertencem. Porque, apesar das divergências que possamos ter, há algo que nos deve unir sempre: Arganil e os Arganilenses. É por eles que estamos aqui!"



Assembleia Municipal

----- Interveio, seguidamente, o **Senhor Deputado Luís Gomes**, que, depois de cumprimentar o Presidente da Assembleia e elementos da Mesa, o Presidente da Câmara e restante Executivo e todos os membros da Assembleia, quis deixar uma nota ao “prezado e velho amigo António João Lopes, da CDU, para dizer que acabou a campanha eleitoral, o PS e o PSD utilizaram outdoors para os seus candidatos, a CDU à semelhança do que vem fazendo há vários anos “semeou” os pendurais por todo o Concelho. Acontece que acaba a campanha e os mesmos não são retirados, e além de esteticamente ficarem mal, acabam por apodrecer. Sendo o Partido OS Verdes parte da coligação é um contra senso em relação ao que este partido defende. A minha recomendação era que a estrutura concelhia da CDU interviesse para que na próxima reunião da Assembleia Municipal esta situação já não se verificasse, para que já não houvesse nenhum pendural pois é feio não só para nós que cá habitamos, mas também a quem nos visita. -----

----- Em relação à proposta apresentada da Central da Biomassa, que li com algum interesse é importante! No entanto, são precisos investidores, e a CDU faz parte também deste Governo ou pelo menos apoia, saiu a legislação, agora é preciso agilizar. A sua localização nesta região faria todo o sentido, cabendo, no entanto, aos privados ou mesmo ao sector público agilizar a forma de materializar essas centrais. Sugeria aqui que o Senhor Deputado António João Lopes interviesse junto dos Deputados Eleitos da CDU na Assembleia da Republica para que junto do Governo pressionassem na concretização desta Centrais que seriam benéficas no aproveitamento do que resta da floresta ardida. -----

----- Sobre a questão das abelhas e das colmeias, existindo vários apicultores no concelho, alguns com perdas significativas nas suas explorações, penso que isso lhes compete a eles e não a esta Assembleia criar um Grupo de Trabalho para tratar a questão, tal como penso o mesmo em relação às árvores de fruto, compete aos privados, o que a Assembleia deve fazer é divulgar.” -----

----- Foi dada a palavra à **Senhora Deputada Inês Borges**, que depois de cumprimentar todos os presentes na Assembleia, quis realçar a iniciativa que estava a decorrer, mais uma vez, e que para a Senhora Deputada é “uma lufada de ar fresco depois do período terrível que passámos: o Mercado de Natal. Realizado pela segunda vez, este ano está muito bem desenvolvido, tem mais atrativos, o público está a aderir muito bem. -----

----- Destaco também a Fábrica de Natal, que abre hoje, nas instalações da Cerâmica Arganilense, um projecto que trará a Arganil muitas pessoas e dará a conhecer tudo o que de bom tem Arganil e pelo que sei, um factor que ajudou, foi precisamente as instalações da Cerâmica. É um projecto que traz muito para Arganil e ao que parece o Grupo Jerónimo Martins dará muito mais do que a Câmara.



RPMS
Quina

Assembleia Municipal

Há que realçar também que houve a preocupação dos dois eventos se complementarem. Gostava que o Executivo nos falasse um pouco deste projecto. -----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu todas as intervenções e, antes de dar a palavra ao Executivo, informou que no Período Antes da Ordem do Dia os tempos gastos por cada Bancada foram: PSD onze minutos e trinta segundos, PS quinze minutos e trinta segundos e CDU cinco minutos. -----

-----O **Senhor Presidente da Câmara Municipal** iniciou a sua intervenção fazendo uma resenha, tão breve quanto possível para esclarecer as questões colocadas pelo Senhor Deputado Miguel Pinheiro em relação ao que já foi feito quer pelo actual elenco quer no final do mandato anterior: -----

“Dia 17 de Outubro: constituição de equipa de Técnicos do Município que começou a fazer o levantamento no terreno de prejuízos; -----

Dia 19: constituição de Gabinete de Apoio às Vítimas dos Incêndios; criação de um Ponto de Recolha, no edifício da Antiga Cerâmica Arganilense; realização de uma reunião de trabalho com os Parceiros da área social, nomeadamente com os Parceiros de Intervenção na Rede Social: a Cáritas, a Associação Passo A Passo, o Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS), com a Unidade de Saúde Mental Comunitária, com a Segurança Social e com o Instituto de Emprego e Formação Profissional; -----

Dia 24: no dia imediatamente a seguir à Tomada de Posse foi convocada uma reunião do Conselho Local de Acção Social (CLAS) que reuniu no dia 25; -----

Dia 25: reuniu o CLAS; foi reforçado o Gabinete de Apoio às Vítimas dos Incêndios tendo sido constituídas diversas equipas de trabalho nas quais foram envolvidas de forma directa 16 colaboradores do Município, de forma a dar resposta imediata a questões de apoio social, ofertas e gestão de bens, voluntariado, alimentação para os animais, habitações, comunicação, pedidos de apoio ao nível da floresta, agricultura e das actividades económicas. Acrescento ainda, dado que foi uma questão concreta, que estes Gabinetes de Crise foram constituídos com os funcionários da Autarquia, que, naturalmente, foram alocados àquilo que eram as prioridades imediatas, deixando de fazer as funções de rotina que vinham fazendo; -----

Dia 30 de Outubro: realizou-se uma Sessão de Esclarecimentos da responsabilidade da Segurança Social relacionada com os apoios pós incêndios e direccionada para as empresas em que, para além da Segurança Social, também estiveram presentes representantes da Autoridade para as Condições



Assembleia Municipal

de Trabalho, da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM RC) e do Instituto de Emprego e Formação Profissional;-----

Dia 31: início do levantamento dos imóveis de habitação permanente por parte da equipa contratada pela CCDRC, mediante a sinalização já efectuada pela Câmara e pelas Juntas de Freguesias; início do levantamento georreferenciado das infraestruturas municipais danificadas pelos incêndios, estando neste levantamento envolvidos catorze colaboradores do Município;-----

Dia 13 de Novembro: realizou-se uma reunião com um técnico da CCDRC sobre os prejuízos nas infraestruturas municipais causados pelos incêndios;-----

Dias 18 e 19 (fim de semana): foram realizadas múltiplas sessões de esclarecimentos nas Freguesias. Foram convocados todos os lesados de imóveis de primeira habitação sendo a nossa preocupação transmitir todas as informações relacionadas com os imóveis de habitação permanente.-

Dia 21 de Novembro: reunião de trabalho com a Presidente da CCDRC, a sua equipa, e as Juntas de Freguesia sobre as primeiras habitações;-----

Dia 23: reunião de trabalho para divulgação do programa específico no domínio do emprego e formação profissional, no seguimento de uma solicitação do Centro de Emprego e Formação Profissional; -----

Dia 27: teve lugar uma sessão de esclarecimentos direccionada para os agricultores, em que esteve o representante da Direcção Regional de Pescas do Centro (DRAP Centro); -----

Dia 7 de Dezembro: tiveram início dos trabalhos de estabilização de emergência pós incêndio, ainda numa perspectiva primária, na bacia do Caratão. -----

----- Segmentando os danos em cinco grupos particulares, nomeadamente habitações, empresas, prejuízos agrícolas, infraestruturas públicas e florestas temos tentado dar uma resposta tão ágil quanto possível e temos noção que o temos conseguido, embora, naturalmente, com uma tragédia destas dimensões posso admitir que às vezes possam ficar pontas para resolver! -----

----- Em termos de grandes números posso dizer que entre imóveis de primeira e segunda habitação temos cerca de cento e setenta imóveis danificados; desses, cento e trinta são imóveis de habitação permanente e para além disso temos um grupo, muito significativo, de imóveis devolutos, que põem em causa a segurança pública e que a Autarquia tem de assumir a sua demolição ou consolidação e já ultrapassam as sete dezenas. -----



RPM
[Handwritten signature]

Assembleia Municipal

-----Ao nível do apoio social, e em termos de grandes números posso dizer que houve uma preocupação muito grande de impedir que houvesse duplicação de apoios às pessoas lesadas pelos incêndios. Entendemos que seria absolutamente essencial que a organização do apoio social fosse articulada em primeira linha com a RLIS, com o CLAS pois pudemos perceber, no terreno, que se estão a verificar duplicação ou mesmo triplicação de apoios. A vantagem de termos um sistema apoiado numa rede formal, que não assente apenas na estrutura da Câmara, mas principalmente no que tem a ver com a Rede Social é evitar dar apoio a quem não teve qualquer prejuízo decorrente dos incêndios na sua vida normal e a segurança de dar apoio a quem realmente necessita.-----

----- Em termos de apoio formal organizado pela Câmara, pelo CLAS e RLIS foram apoiadas com cabazes cento e quarenta e sete famílias no total de trezentos e oitenta e quatro indivíduos. No Ponto de Recolha criado foram concedidos trezentos e quarenta e sete apoios. Houve cento e catorze atendimentos personalizados a vítimas dos incêndios. Houve apoio no preenchimento da documentação necessária.-----

-----Foram distribuídos, e continuamos a distribuir, alimentos para animais, maioritariamente para ruminantes; até agora já ultrapassa as duzentas e cinco toneladas. Destas, quarenta e cinco por cento provenientes de donativos, trinta e nove por cento através da Plataforma criada pelo Governo e o restante adquirido pela Câmara.-----

-----Também, e no âmbito duma temática referida pelo Senhor Deputado António João Lopes, informo que já foram distribuídos quatro mil quatrocentos e cinquenta e dois quilos de alimento para as abelhas.-----

-----Ao nível dos pequenos agricultores foi prestado todo o apoio quer ao nível do levantamento dos respectivos prejuízos quer no que tem a ver com a informação. Aqui deixo uma palavra de muito apreço às Juntas/Uniãos de Freguesia na submissão das candidaturas que ultrapassou, no nosso concelho e no apoio até cinco mil euros, as mil e setecentas candidaturas. A nossa preocupação, apesar dos constrangimentos que houve, quer com informações, quer com formulários pois só oito dias úteis antes de terminar o prazo é que tudo estabilizou, foi que nenhum dos lesados nesta agricultura de complementaridade ficasse fora dos apoios.-----

-----Dar conta ainda que estamos a prestar colaboração às empresas no que tem a ver com a submissão das candidaturas no respeitante às empresas agrícolas e também nas empresas do sector não primário, no qual houve mais de vinte empresas com prejuízos no concelho.-----

-----Em termos genéricos foi tudo isto o que foi feito até agora. Dizer também que somos daqueles que defendemos a máxima "esconde a mão que dá" e reconhecemos que não temos feito muito



Assembleia Municipal

destaque destas acções, que são essencialmente acções de âmbito social mas também reconheço que esta falta de visibilidade pode conduzir a leituras como a que o Senhor Deputado fez. Devo dizer também que boa parte desta menor visibilidade tem a ver com uma circunstância, que considero pelo menos curiosa, que é os membros do Governo, neste período de dois meses como o Senhor Deputado referiu, andarem a fazer gincanas para não virem ao concelho de Arganil. Aliás, ao longo destes dois meses, tivemos no final do primeiro mês, dia 16 de Novembro, a presença de um membro do Governo, que foi a visita da Senhora Secretária de Estado da Segurança Social. Até agora foi o único membro do Governo que cá passou, pelo menos que tenha vindo ao contacto com o Município, certamente muitos mais terão passado no IC6, no extremo do concelho mas cá não. É algo que tem merecido o nosso apontamento, algo que não percebemos quais são os critérios de escolha do território, por onde vão circulando os membros do Governo.” -----

----- Concluiu as explicações sobre a temática dos incêndios, informando que ao nível social foram apoiadas mais de setenta e quatro pessoas. -----

----- Continuou a sua intervenção para responder às questões colocadas sobre a suspensão das obras de Requalificação do Espaço Público. Com o que foi dito, ninguém tem de ficar melindrado. Como em qualquer empreitada pública, naturalmente, que há uma componente de responsabilidade política e também uma componente de responsabilidade técnica. Como tem sido falado em sede de Reunião de Câmara neste momento daquilo que já decorreu da empreitada e como o Senhor Deputado disse e bem, que foi muito pouco face àquilo que é o montante total, os montantes já aprovados a título de Erros e Omissões já se aproximam do limiar máximo permitido por Lei, acho que isto deve querer dizer alguma coisa. Acho também que é por demais evidente, até por aquilo que é factual, que obviamente o empreiteiro teve um desempenho deficiente, mas naturalmente que há erros de projecto. Há uma responsabilidade política e sabemos muito bem que ela pesou, não sejamos ingénuos, ela pesou inclusivamente na campanha eleitoral isso ninguém ignora, mas há uma responsabilidade técnica e essa não é nenhum dos membros do executivo ou da oposição que responde por ela. -----

----- Ninguém tem de se sentir melindrado e muito menos os técnicos porque naturalmente fazem trabalho positivo, na maioria das situações, e às vezes também fazem trabalho que não corre tão bem e este caso é um bom exemplo. -----

----- Em relação à revisão do projecto e às correcções que forem necessárias introduzir o gabinete que foi convidado, ou a pessoa que foi convidada, pois o convite foi dirigido à pessoa, porque lhe reconhecemos toda a experiência e credibilidade nesta área, é o Arq. António Monteiro. Uma pessoa



AAA
Pauze

Assembleia Municipal

que me parece completamente insuspeita em matéria de competência, tem também uma ligação com a nossa terra, particularmente, porque é natural de cá. Em relação à fiscalização, provavelmente, será contratada fora porque estas consequências dos incêndios têm obrigado a afectar técnicos, colaboradores, e neste momento estamos com alguma incapacidade de resposta na área técnica.”----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia** alertou que o Senhor Presidente da Câmara tinha esgotado o tempo, mas uma vez que é possível as bancadas cederem tempo umas às outras o PSD cedeu alguns minutos para que a intervenção do Executivo fosse concluída. -----

----- O **Senhor Presidente da Câmara**, dando conta que tentaria ser mais breve, continuou para responder às questões do Senhor Deputado António João Lopes nomeadamente à Central de Biomassa. “As Centrais de Biomassa foram legisladas no dia 12 de Junho e para serem implementadas estão dependentes de uma decisão do Governo que está definido nesse Decreto Lei que envolverá os responsáveis pela Protecção Civil, pelas Autarquias Locais, pela Energia, pelo Ambiente e pelas Florestas. Presumo que haverá cinco Secretários de Estado a subscrever um diploma que vai escolher os concelhos, onde as Centrais de Biomassa vão ficar instaladas. Aguardamos com muita expectativa esta decisão do Governo. Ainda assim vale a pena dizer que poderíamos ter já uma Central de Biomassa a funcionar no concelho tirando partido daquilo que já existe, e refiro-me em particular à Pinewells que já apresentou um projecto para poder ser produtora de electricidade. O que foi colocado em cima da mesa é que a Pinewells faria todo o investimento necessário, ganharia capacidade de poder processar mais biomassa, a contingência que lhe foi colocada era realizar um investimento relacionado com o ponto de interligação ou seja o que lhe era exigido era que fizesse a linha desde a Zona Industrial da Relvinha até à Agueira o que ditou a inviabilidade da pretensão. A questão do ponto de ligação é um dos aspectos que está no diploma que estamos a falar.”-----

----- Concluindo, agradeceu as palavras dos Senhores Deputados Christophe Coimbra, André Vicente e Luís Gomes e realçou a intervenção da Senhora Deputada Inês Borges nomeadamente a realização do Mercado de Natal, dinamizado pelo CLDS que pretende trazer dinâmica ao comércio tradicional e mostrar o que de melhor se faz no concelho, e também a Fábrica do Natal, um projecto do Grupo Jerónimo Martins. Este Grupo assume na totalidade o encargo desta iniciativa no concelho, um desafio suscitado pelo Comandante dos Bombeiros de Santa Comba Dão. As instalações da antiga Cerâmica Arganilense foram escolhidas depois de visitarem todos os concelhos afectados. -----

----- Finalizou, apelando à visita e divulgação da Fábrica do Natal reforçando que era uma iniciativa totalmente gratuita para todas as crianças e famílias dos dezassete concelhos afectados pelos incêndios. -----



Assembleia Municipal

-----O **Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu todos os esclarecimentos prestados pelo Executivo e informou que tinham sido gastos quatro minutos do tempo do PSD.-----

----- Foi dada a palavra, seguidamente, ao **Senhor Deputado Miguel Pinheiro** para agradecer as explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara e dizer que “sobre as actividades e intervenção do Município não tem dúvidas que foram feitas muitas démarches e a questão da publicitação não tem de ser uma exposição pornográfica do sofrimento de todos na televisão, nas rádios ou jornais nem a procura fácil de uma medalha para sossegar a consciência política ou social de quem quer que seja, é simplesmente dar conta do que foi feito, se os serviços da autarquia foram alocados, agrupados em Gabinetes de Crise e a sua actividade normal foi alterada para dar resposta a esta questão. A publicitação que eu referi bastava ser dar-nos conta do que disse sob a forma de relatório desses Gabinetes, dos seus responsáveis e dos resultados práticos dessas démarches. As pessoas precisam de perceber o que se faz, de ver consequências nas palavras. O executivo que veio preparado com essa fita cronológica se nos tivesse dado conhecimento teria sido poupado. -----

----- Em relação ao enquadramento da ajuda e de alguns exemplos de entidades que a solicitaram a perspectiva não é saber se foram ou não atendidas, se deveriam ter sido, se houve culpa em não o fazer. O entendimento é muito mais emocional ou de resposta de coração do que propriamente cerebral ou de gestão corrente ou de visão puramente legalista da acção autárquica que é alguém querer ajudar, alguém querer disponibilizar um, dois ou seis camiões para ajudar em mudanças, alguém que queira dar seja o que for, seja cinquenta ou cem mil euros temos de aproveitar nem que seja necessário fechar o individuo até termos maneira de encaminhar a ajuda. Se passámos pela maior tragédia, de alguma maneira, seja com regras seja com imaginação, essa ajuda tem de ter uma consequência. Não fica bem a ninguém, não nos contenta de maneira nenhuma que possa haver entidades que digam de Arganil ninguém quis a nossa ajuda. Isso não é justo. Pois se a Câmara não dá resposta há sempre uma forma de conduzir essa intenção para a oposição. Apenas esta chamada de atenção.-----

----- Em relação à intervenção no espaço público de Arganil é verdade que ninguém pode ficar melindrado. No entanto, já é uma colecção de melindres tão grande, dos munícipes aos comerciantes, aos visitantes à política, pois até o Senhor Presidente ficou melindrado com os resultados eleitorais, agora foi mais melindrado o corpo técnico, portanto, chega de melindres. Aguardamos que estas escolhas muito direccionadas do gabinete de fiscalização e do gabinete de revisão do projecto sejam acertadas, porque este assunto, certamente, voltará à Assembleia durante o próximo ano e esperamos que seja por razões positivas.”-----



PPM
Rando

Assembleia Municipal

----- Interveio, seguidamente, o **Senhor Deputado António João Lopes** para responder ao Deputado Luís Gomes, “na realidade todos estes projectos são de interesse colectivo, de acordo com o Decreto Lei 75, página cinco mil seiscentos e noventa e oito, alínea ff, todos estes programas precisam de ser feitos com tempo. Por exemplo, em relação ao rebanho que existia no Piódão falei com o proprietário que me disse que economicamente não tinha capacidade de sobreviver no Piódão, então foi para Oleiros. O PPD/PSD defende a actividade privada, e o Luis Gomes transmite isso, no entanto eu defendo a actividade colectiva e este Decreto, que é uma Lei do país, diz que as funções da câmara são de actividades colectivas. Estes assuntos devem ser uma preocupação nossa, há projectos que demoram muitos anos, no entanto daqui a três, quatro meses poderíamos ter a serra cheia de produtos que serviriam para alimentar milhares de cabras, que produziriam milhões de litros de leite para produzir muito queijo. Se deixarmos os privados sozinhos eles não resistem e vão para outros sítios mais atrativos”. -----

----- Continuou, dando conta que os parques de estacionamento existentes e destinados para deficientes não tem as dimensões adequadas, deveriam ser mais largos que os outros, porque os deficientes que usam cadeiras de rodas quando fazem a mudança do carro para a cadeira têm dificuldades, propondo que de três lugares se façam dois. -----

----- De seguida questionou o executivo sobre o site da Comarca de Arganil Digital, perguntando quando estará on line? -----

----- Concluiu, dando conta que em Coja, na rua principal, são mais ou menos cinquenta metros, entre a Casa Paroquial e o talho a rua tem os dois sentidos, pelo que propunha que no lado norte fosse colocada uma faixa amarela, para não haver estacionamento, pois está lá um sinal que é vandalizado constantemente e o transito nos dois sentidos fica muito condicionado! -----

----- Seguidamente interveio a **Senhora Deputada Elisabete Oliveira**, que, depois de cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, deu as boas vindas aos novos membros da Assembleia e desejou um excelente trabalho para todos, desejando que se consiga um espaço de debate de ideias e de elevação como o concelho merece! -----

----- Continuou, para dar o seu contributo sobre o que aconteceu ao concelho e à região centro com a tragédia dos incêndios “e como foi difícil organizar um trabalho concertado e articulado num período em que emocionalmente todos estávamos fragilizados, temos aqui vários Presidentes de Junta e vários cidadãos em que, de forma directa ou indirecta, todos estavam envolvidos. Enquanto membro desta Assembleia, mas essencialmente enquanto cidadã tenho de estar agradecida a toda a sociedade civil, a todos quer individualmente quer em grupo se juntaram para apoiar. Tal como já aqui



Assembleia Municipal

foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara estávamos num período de transição de executivos, quer nas juntas quer na câmara o que tornou um desafio ainda maior e trouxe um esforço acrescido, que acrescentou responsabilidades muito grandes a todos e imediatas ao início da sua actividade -----

----- Com esforço e muita dedicação houve aqui uma preocupação muito grande que no trabalho social me parece particularmente relevante: a articulação, a coordenação e a integração num período de emergência que vivemos, passamos a outra etapa e é necessário continuar a trabalhar neste sentido, a articular, a integrar. A questão dos tempos tornou este trabalho muito complexo. Inicialmente houve a preocupação de reunir com os parceiros da rede social (equipa da Acção Social da Câmara, RLIS, Segurança Social e CLDS) diariamente, depois a periodicidade alterou-se mas sempre com a preocupação de chegar rapidamente às pessoas, com pessoas que conhecem o território, sempre em articulação com as instituições locais, este foi um trabalho determinante e é importante que tenha continuidade, para ajudar de forma sustentada, pois pretendemos dar um futuro às pessoas, pretendemos que elas possam reconstruir a sua vida. Há situações muito difíceis, tal como já foi referido pelo Senhor Deputado Miguel Pinheiro. Neste aspecto considero importante referir a intervenção fundamental da Equipa de Saúde Mental, ligada ao Centro de Saúde e coordenada pela Dra Célia Franco, da Enfermeira Maria José Pires, que desde logo integraram as equipas no terreno, mais tarde da União das Misericórdias com a disponibilização de duas psicólogas cedidas através da Santa Casa da Misericórdia de Arganil. Estou convicta de que houve um trabalho integrado de todas as instituições que utilizaram os seus recursos pondo-os ao serviço das pessoas. Tudo o que aconteceu tem de facto uma dimensão muito grande que não nos permite ter os resultados imediatos que todos gostaríamos, mas é de facto tempo de olhar para o futuro e encontrar um caminho para dar as respostas que as pessoas precisam. -----

----- No desenvolvimento deste trabalho social sentiu-se muitas vezes dificuldades nas orientações que vinham por parte do Governo Central, por exemplo uns dias a seguir à tragédia e quando as equipas já andavam no terreno a fazer o levantamento dos danos surge uma unidade móvel com a Senhora Secretária de Estado da Segurança Social para fazer esse trabalho. Considero que isto revela, de alguma forma, um desconhecimento muito grande do trabalho realizado e, na minha perspectiva, alguma falta de respeito pelas pessoas que andavam a fazer este trabalho. -----

----- Na reconstrução das habitações é importante dar a conhecer às pessoas o que podem efectivamente ter de apoio estatal, se através da CCDRC se através da Câmara. Depois e de forma concertada perceber quem fica de fora destes apoios e como se ajuda para não correremos o risco de dar apoios de forma apressada e depois não poderem usufruir do que tem legitimamente direito. -----



Handwritten signature and initials: RPA, Pardo

Assembleia Municipal

----- O **Senhor Presidente da Câmara**, com o tempo ainda não gasto pela bancada do PSD, usou da palavra para “fazer o registo da opinião transmitida pelo Senhor Deputado Miguel Pinheiro nomeadamente à transmissão da informação e dizer também no que teve a ver com os apoios e reconhecendo a enorme onda que se gerou, houve, objetivamente, numa fase muito inicial a necessidade de fazer a suspensão desses mesmos apoios, pois já não tínhamos capacidade de os receber e refiro-me particularmente ao que tem a ver com vestuário e alimentação. Se, eventualmente, por alguma falha, que tenha acontecido não tivermos falado com alguém, naturalmente, que isso terá sido uma situação furtiva e, naturalmente, não desejável. -----

----- Em relação à dimensão dos estacionamento para pessoas com mobilidade condicionada, alertada pelo Senhor Deputado António João Lopes, o registo fica feito e também já tinha sido alertado. -----

----- Sobre o site da Comarca de Arganil, estamos a mudar de operador informático do servidor onde está alojada a colecção; neste momento está em fase de adjudicação, portanto, ficará disponível muito em breve. -----

----- Agradeço também as palavras da Senhora Deputada Elisabete Oliveira e dizer, porque é a questão que merece maior relevância, que são os imóveis de primeira habitação ou de habitação permanente. Foi estabelecida uma parceria com a CCDRC em que a Câmara assume, juntamente com os proprietários, a dinamização e a parte burocrática relativa aos imóveis cujas intervenções sejam de montante até vinte e cinco mil euros e a CCDRC assumirá directamente os projectos de execução, as empreitadas e de fiscalização nas intervenções que ultrapassam aquele valor. Vale a pena ficar registo de que até este momento já submetemos 20 processos à CCDRC para efeitos de comparticipação e ainda fomos até meio desta semana o único município que o fez.” -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu todas as intervenções e encerrou o período Antes da Ordem do Dia. -----

----- Continuou pedindo ao Executivo, se for possível, a disponibilização de um software para gestão dos tempos, de modo que todos acompanhem a gestão dos tempos, através do quadro interactivo. -----

----- O **Senhor Presidente da Câmara** deu conhecimento de que a Plataforma, que gostavam de apresentar, tem a vantagem da desmaterialização de processos e da informação chegar rapidamente aos Senhores Deputados além da redução de custos. -----



Assembleia Municipal

-----Seguidamente foi autorizada a intervenção de um colaborador do Gabinete de Informática, Engº José Miguel, para fazer uma breve apresentação de aplicação. -----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu as explicações e informou que a convocatória seguiria em papel para todos os deputados. Em relação aos documentos, quem fazia questão de receber os mesmos em papel deveria informar a Mesa da Assembleia. -----

ORDEM DO DIA

----- O Senhor Presidente da Assembleia informou que de acordo com a reunião tida com os líderes de bancada há uma proposta única, subscrita pelas bancadas do PSD, do PS e da CDU, para os primeiros sete pontos da Ordem de Trabalhos. -----

----- Haverá uma votação secreta por ponto. -----

----- O **Senhor Deputado Manuel Rodrigues** cumprimentou todos os presentes e propôs que dado haver uma proposta única para todos os pontos que se fizesse também uma única votação. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** informou que de acordo com a Jurista da Autarquia esse procedimento não é possível pelo que terão de fazer sete votações. -----

1. Eleição de quatro membros da Assembleia Municipal para integrar a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC). -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** usou da palavra para esclarecer que pela leitura feita da Lei que regula as Assembleias Intermunicipais apenas se podem eleger Membros Eleitos da Assembleia e que só podem votar os Membros Eleitos. -----

----- O **Senhor Deputado Miguel Pinheiro** interveio para dizer que de uma forma ou de outra todos os membros da Assembleia foram eleitos. Uns directamente e outros, como é o caso dos Presidentes de Junta, indirectamente. Se for referido que é um Autarca aí sim é só para os Presidentes de Junta, caso contrário são todos Membros Eleitos. -----



RPM
Gonçalves

Assembleia Municipal

----- O Senhor Presidente da Assembleia concordou com as palavras do Senhor Deputado e sugeriu que se acrescentasse mais um membro eleito e à posteriori se houvesse alguma questão estava salvaguardado.-----

----- Após a contagem de votos foi aprovada por maioria, vinte e nove votos a favor e um voto branco, a seguinte proposta: -----

Efectivos: Elisabete Simões Oliveira (PSD), Luís da Silva Moreira Gomes (PSD), António Miguel Ribeiro Pinheiro (PS) e Paulo Jorge Marques Amaral (PS). -----

Suplente: Manuel Augusto Rodrigues (PS) e Inês Borges (PSD). -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

2. --- Eleição de quatro elementos para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Arganil (CPCJ). -----

----- Após o escrutínio foi a aprovada por maioria, vinte e nove votos a favor e um voto branco, a proposta com o nome dos Membros da Assembleia: -----

Elisabete Simões Oliveira (PSD), Jorge Silva (PSD), Nuno Espinal (PS) e Manuel Augusto (PS).-----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pomares saiu da sala.-----

3. Eleição de um autarca de freguesia para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal. -----

----- Foi aprovado o nome do Senhor José António Gomes da Costa (Presidente da União de Freguesias de Cepos e Teixeira), por unanimidade -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----



Assembleia Municipal

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pomares entrou na sala.-----

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz saiu da sala.-----

4. Eleição de um representante para o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte. -----

----- Foi eleita, por maioria, com vinte e nove votos a favor e um voto em branco, a Senhora Deputada Municipal Fernanda Pacheco (PSD).-----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz regressou à sala.

5. Eleição de um representante das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil. -----

----- Após a contagem de votos foi eleito, por maioria, com vinte e nove votos a favor e um voto em branco, o Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Sr. Luis Fernando das Neves Rodrigues para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil do Concelho de Arganil.-----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

6. Eleição de um representante para a Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios. -----

----- Foi eleito, por maioria, com vinte e nove votos a favor e um voto em branco, o Senhor Deputado Miguel Pinheiro (PS).-----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



RPAS
Rosa

Assembleia Municipal

7. Eleição de três representantes da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal de Segurança. -----

----- Foram eleitos, por maioria, vinte e nove votos a favor e um voto em branco os Membros da Assembleia Municipal: -----

António João Lopes (CDU), António Gonçalves Cardoso (PSD) e António Souto (PS).-----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

O **Senhor Presidente da Assembleia** felicitou todos os eleitos para as várias Comissões e agradeceu o espírito de colaboração e entendimento entre todas as bancadas. -----

8. Apreciação e Votação da Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2017. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que esclareceu que tendo havido dois procedimentos de recrutamento para os quais tinham sido constituídas reservas de recrutamento e numa delas o prazo para se poder aceder termina dia 23 foi necessário fazer esta proposta. -----

----- Interveio o **Senhor Deputado Miguel Pinheiro** apenas para retificar que na deliberação da reunião de câmara está registado um voto contra do PS, mas na verdade os vereadores do PS abstiveram-se. Deu ainda conta, que no seguimento, os membros do PS na Assembleia também se vão abster. -----

----- Continuou, tecendo algumas considerações sobre a admissão de pessoas na Câmara Municipal, pois é o Executivo que sabe quais as admissões que necessita fazer no entanto considera que no contexto económico do Concelho, com empresas que fecharam e dificilmente voltarão a laborar, a Câmara não pode nem deve ser alvo de tentação de partidarização, deve sim promover condições socio económicas para as empresas se fixarem e criarem empregos. -----

----- O **Senhor Presidente da Câmara** interveio, novamente, apenas para esclarecer que o recrutamento para a admissão de funcionários se faz única e exclusivamente de acordo com as necessidades dos serviços e não de qualquer outro factor. Os processos são absolutamente transparentes e nenhum membro do Executivo participa nos processos. -----

----- Deu conhecimento, ainda, que, em 2005, foram admitidos 60 funcionários e havia um total de 270 e, neste momento, há pouco mais de 160. -----



Assembleia Municipal

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Manuel Augusto Rodrigues** para esclarecer que em 2005 a Câmara tinha mais funcionários mas executava muito mais obra que que hoje. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia**, depois de dar conta do registo de pedido de correcção da deliberação da reunião de câmara, solicitou que os serviços procedessem em conformidade e colocou o ponto em votação, sendo aprovado por maioria, com sete abstenções e vinte e três votos a favor.

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva saiu da sala. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Piódão saiu da sala. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** propôs que o ponto 9 e 10 fossem aprovados e discutidos em simultâneo, pois estão interligados. -----

----- Informou que o tempo máximo de discussão para este ponto são duas horas, cabendo à Câmara trinta minutos, ao PSD cinquenta e quatro minutos, ao PS quarenta minutos, à CDU doze minutos e aos Presidentes de Junta Independentes catorze minutos. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para destacar os aspectos mais significativos e dando conta que os incêndios e as suas consequências têm um impacto muito directo na construção destes documentos. -----

----- “Só em intervenções relacionadas com demolições ou contenções, por razões de segurança de cidadãos e bens, temos um custo, que no imediato, ronda os quatrocentos mil euros; colocação de rails de protecção e consolidação de taludes: dois milhões de euros; uma intervenção no âmbito da estabilização pós incêndio com recurso a uma candidatura ao PDR2020: um milhão e duzentos mil euros. -----

----- Ao nível de infraestruturas públicas danificadas pelos incêndios, em concreto às ETAR's de Cerdeira e da Zona Industrial de Coja, à sinalética, a vedações, a vários imóveis implicarão um



RPM
Garcia

Assembleia Municipal

investimento de dois milhões e quatrocentos mil euros, que, previsivelmente, terão comparticipação do Estado a cem por cento, tal como na estabilização pós incêndio. Nas duas obras iniciais que referi ainda não há indicação de qualquer comparticipação de fundos Comunitários ou por parte do Estado.

----- Nas Grandes Opções do Plano consideramos algumas intervenções ao nível de edifícios públicos. Desde logo o edifício dos Paços do Concelho; ao nível da cobertura é visível a necessidade, nomeadamente nos beirados que soltam fragmentos, ao nível da eficiência energética como por exemplo a caixilharia e temos também uma situação crítica que são os aparelhos de ar condicionado que estão no sótão e provocam risco. Prevemos um Contrato Programa com o Estado para estas intervenções. Na Casa dos Magistrados ao nível dos telhados. No Pavilhão do Vale de Zebras, na antiga Residência Feminina. -----

----- Também no âmbito da modernização administrativa estão preconizadas algumas intervenções ou investimentos. -----

----- Ainda no que decorre dos incêndios e naquilo que vamos implementar há o aspecto dos perímetros de protecção definidos. O que a Autarquia pretende fazer, já que ficámos de fora do projecto do Cadastro, é a Autarquia fazer esse cadastro para poder intervir mais facilmente nas limpezas. -----

----- No ensino há investimentos em conclusão nomeadamente da Escola EB1 e Jardim de Infância de Sarzedo e de Pomares. Também foi considerada uma rubrica para a requalificação da Escola Secundária de Arganil, mesmo sendo um edifício que não está na esfera da Autarquia e existia já alguma articulação prévia do anterior mandato com o Governo, com a Secretária de Estado da Educação que foram reiterados recentemente e houve o compromisso da Secretária de Estado da Educação de financiar uma intenção de requalificação daquele edifício em dois mil e dezoito e dois mil e dezanove com uma verba até um milhão de euros. -----

----- Ao nível da saúde, está em conclusão, mas ainda com uma intervenção ao nível de investimento este mês e ainda em Janeiro no mobiliário e equipamento, que é a Extensão de Saúde de S. Martinho da Cortiça. -----

----- Uma intervenção relacionada com a criação ou instalação de unidade de saúde mental, projecto em articulação com o Centro de Saúde. -----

----- Ao nível da intervenção da Requalificação do Espaço Público, também já foi falado aqui, assume algum peso. -----



Assembleia Municipal

----- Na área do turismo há já uma candidatura aprovada no âmbito do programa Valorizar e está relacionada ainda com o concurso das Sete Maravilhas – Aldeias, uma componente tem a ver com a comunicação a outra componente, cerca de trezentos mil euros, será direcionada para a requalificação do Largo do Piódão. -----

----- Estamos a preparar três novas candidaturas, há uma fase de candidatura especificamente para os Municípios atingidos pelos incêndios, que já teve um reforço de verba, e que consideraremos para intervenções de ampliação e requalificação do Parque Municipal de Campismo do Sarzedo, requalificação da Zona de Lazer das Fronhas e requalificação da Praia Fluvial da Peneda da Talhada, em Coja. na ligação Prado-Sepulcro até à praia Fluvial, no Poço da Cesta, no Casal Novo e em Foz d' Égua. -----

-----As Grandes Opções do Plano e Orçamento materializam também um esforço muito grande ao nível do saneamento, nomeadamente nas estações de tratamento de águas residuais por um lado e por outro no reforço das redes, assumindo aqui particular importância a ETAR da Zona Industrial da Relvinha, que foi submetida a concurso publico em Setembro, concurso que ficou deserto pelo que foi submetido novamente e foi já concluído o relatório preliminar, pelo que contamos no primeiro trimestre de dois mil e dezoito avançar com a intervenção. Estão também previstas as ETAR's de Anseriz Pardieiros, Benfeita, Sanguinheda, Pombeiras e Casal de S. José. Há também um conjunto de intervenções financiadas pelo POSEUR, nomeadamente a extensão de rede em S. Martinho da Cortiça para ligação das fossas, ainda em serviço, à ETAR das Águas do Centro Litoral nos Poços, bem como o fecho de rede em Vale de Moinho e Vale de Matouco. Conclusão das intervenções em Pombeiro da Beira. Investimentos em Coja e Barril de Alva no âmbito do fecho de rede. -----

----- Ao nível do abastecimento de água haverá várias intervenções, umas directas, por parte do Município haverá outras por parte de parceiros, concretamente, das Águas do Centro Litoral. Por parte deste muito em breve, o compromisso era ainda este ano, iniciará a intervenção na nova estação de tratamento de águas da Alagoa que preconiza a fusão do sistema de abastecimento do Feijoal com o da Alagoa, que para além de outras pequenas intervenções considera uma nova captação e um novo grande reservatório na alta de Arganil. Em paralelo, temos também intervenções aprovadas no âmbito do POSEUR em Jurjais, na ligação Cerdeira, Dreia, Deflores à Benfeita com a construção de um novo reservatório, ligação ao Bufalhão, construção de uma conduta adutora entre Vila Cova de Alva e Coja em virtude do grande número de roturas verificadas e pretendemos fazer antes da pavimentação da estrada. Temos também pequenas intervenções nos sistemas que temos vindo a integrar e que eram, até há bem pouco tempo, geridos essencialmente por Comissões de Melhoramentos. São investimentos muito sólidos e de valor significativo. -----



RPM
[Handwritten signature]

Assembleia Municipal

----- Na área da cultura, o investimento que decorrerá da requalificação da Capela de S. Pedro, único monumento nacional que temos no município, candidatura que já se encontra aprovada e que submeteremos, entretanto, ao mercado. Também intervenções no núcleo de etnografia e do núcleo de arqueologia. Ao mesmo tempo e com a Comunidade Intermunicipal vamos tentar a aprovação de uma candidatura para dinamização das pesquisas arqueológicas na Lomba do Canho. -----

----- Na economia e indústria é preconizado um investimento para ampliação e requalificação da Zona Industrial da Relvinha. -----

----- Haverá também um investimento muito sólido ao nível nas vias, questão muito reivindicada pelos autarcas das Freguesias e populações, das quais se destaca: ligação Coja – Barril de Alva – Vila Cova de Alva, a ligação Casal Novo à EM 543, a ligação Foz d' Égua ao limite do Concelho, a requalificação entre Arganil e Folques, a requalificação da ligação Benfeita- Portelinha, a ligação Sorgaçosa ao Monte Frio, a estrada da Sanguinheda, no Bairro Social e no Bairro da Gândara em Coja, a rua da Escola nas Pombeiras e o acesso à EB1 de Arganil (uma intervenção que também permita o trânsito mais seguro do ponto de vista pedonal). -----

----- Também haverá uma rúbrica geral para pequenas intervenções na rede viária. -----

----- Haverá um conjunto muito significativos de projectos intermunicipais, que estão incluídos no orçamento e nas GOP's, que serão implementados em dois mil e dezoito e dois mil e dezanove em colaboração com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, tanto no que tem a ver com o ensino, com a animação turística com a oferta cultural em rede, bem como em outras pequenas intervenções." -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado António João Lopes** para dizer "não vejo nada nestas Grandes Opções do Plano que dê garantia de futuro economicamente. Na anterior legislatura foi criado um Grupo para combater os problemas da interioridade, eu fui dos elementos nomeados e juntei documentos para análise, porque a serra é riquíssima ou antes o Município de Arganil, tal como já disse muitas vezes, tem uns terrenos e condições onde corre o leite e o mel. Nós somos uns ignorantes e deixamos correr para o ar, para o mar. Com os incêndios arderam riquezas fabulosas que ninguém quis aproveitar, embora eu ande aqui há quatro anos a falar nisso. Daqui a três meses os quinhentos quilómetros quadrados do município estão cobertos de vegetação, mas ninguém o aproveita. As ervas, os matos e a vegetação crescem vem o verão secam, as folhas caem das árvores e ao fim de dez, quinze anos lá vem um incêndio e queima tudo. Ainda bem que há incêndios, porque só não haveria incêndios se tivéssemos o território do Deserto do Sara, mas nós temos um



Assembleia Municipal

terreno bom, temos chuva em boas condições, temos ventos, temos tudo de bom, não temos é organização.” -----

----- Continuou manifestando-se contra o método de Hondt “porque os mais pequenos, com menos votos não podem falar, a próxima vez que estiver com alguém da Assembleia da Republica vou propor o fim deste método.” -----

----- Nestas GOP's proponho que para os próximos quatro anos se crie um Grupo de Trabalho de interesse mais ou menos económico, científico, biológico e vejam como se pode por de pé um programa para que não se repita o que aconteceu com o rebanho do Piódão. O rebanho do Engº Machado não era um rebanho tradicional, ocupava terrenos do baldio e estava dividido em lotes, circundado com rede e os lotes eram pastoriados de acordo com as condições, hoje iam para um lote, amanhã para outro e assim sucessivamente, só voltavam ao primeiro quando o pasto já tivesse crescido o suficiente para alimentar os animais e assim o pastor não é um escravo como estamos habituados a ver os pastores. Ele aqui estava sozinho, mudou-se para uma zona do sul, onde há outros rebanhos e há uma série de equipamentos colectivos, como por exemplo uma sala de ordenha.

----- Nós temos aqui um orçamento de vinte e três milhões de euros se formos capazes de retirar ou destinar a esse trabalho cem milhões por ano seria possível criar condições para mais investidores virem para o município. Por exemplo na Relvinha primeiro foram criadas as condições e depois é que as empresas se começaram a instalar lá. -----

----- Se criarmos condições deixamos de ter um concelho de Arganil cada vez mais despovoado. ---

----- Proponho que para o próximo ano sejamos capazes de estudar estas situações e que se reflitam nas próximas Grandes Opções do Plano para 2019. -----

----- Em relação à Mata da Margaraça, que ardeu uma parte considerável, e atendendo à bacia em que está instalada proponho que se contacte o ICNF para que sejam plantadas o mesmo tipo de árvores pois constituem uma esponja de água que dá condições àquele tipo de árvores. -----

----- A Câmara deveria contactar os privados que têm terrenos naquela zona fazendo este alerta.” -

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu a intervenção do Senhor Deputado e esclareceu que em relação à distribuição dos tempos, um terço do tempo é distribuído igualmente por todas as bancadas o restante é que é de acordo com o Método de Hondt. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Miguel Pinheiro**, que, depois da análise feita aos documentos, disse “pegando nas palavras do Senhor Presidente da Câmara, quer na introdução feita nos documentos quer pela apresentação na reunião de câmara, que citou o Marquês de Pombal no



RPH
R. Silva

Assembleia Municipal

sentido da resposta ao terramoto de mil setecentos e cinquenta e cinco, compreendo a analogia, mas tenho a dizer que há aqui uma diferença entre a acção do Marquês e a acção do nosso Presidente da Câmara e do Executivo. A grande diferença de mil setecentos e cinquenta e cinco para hoje é que o Marquês com a mesma celeridade que interveio, planeou, projectou, pensou no futuro a curto, a médio e a longo prazo é isso que falta aqui e transparece no Grandes Opções do Plano e no Orçamento. -----

----- Em termos gerais, no Orçamento parece-nos que o Município de Arganil não planeia, não prevê e não projecta no futuro as consequências práticas dos incêndios e na sua resolução e espera que haja um Sebastião Carvalho e Melo, em Lisboa, que continue a mandar verbas do orçamento da Administração Central para fazer face aos prejuízos. Digo isto, porque de todos os milhões que o Senhor Presidente falou aqui de intervenção pós tragédia vêm todos eles da administração central (saudamos aqui a Administração Central, pois, tal como já aconteceu em 2017, aumentou as verbas a transferir). Portanto, enquanto houver um Marquês de Pombal em Lisboa, nós agradecemos e não fazem mais que a obrigação pois é para isso que o Estado existe, para dar uma resposta rápida, mas por outro lado fazer do impacto significativo no Orçamento de 2018 o valor de quatrocentos mil euros para demolições, que já deviam estar feitas em dois mil e dezassete, e que em alguns casos poderão colocar em causa a segurança de pessoas e bens, não pode ser uma intervenção que fica a aguardar dois mil e dezoito para ser feita. -----

----- Em relação ao equilíbrio orçamental, não sendo especialista em contabilidade, muito menos em contabilidade criativa, consigo reconhecer fé. Fé em que as receitas que a Câmara prevê conseguem fazer equilíbrio nas despesas que promove. As despesas que promove ao nível de capita, algumas delas não me fazem engulho nenhum em saudar e vê-las como bastante positivas, nomeadamente, todas as que sejam para melhoria da qualidade de vida das populações. Rede de água, saneamento e vias de comunicação são investimentos de capital, são investimentos no futuro, são alvo de aplauso e de concordância. Há outros que nos parece só estarem referenciados para satisfazer algum compromisso eleitoral e para serenar algumas situações em algumas freguesias; ficamos de sobreaviso para a concretização orçamental e física. -----

----- Senhor Presidente: neste novo mandato autárquico teve aqui oportunidade para mostrar algo diferente. Este momento teria sido importante e fundamental, até mesmo para a sua afirmação de novo líder da Autarquia, de fazer diferente, de pensar o Município de uma forma sustentada, de fazer planeamento, numa altura em que era preciso imaginação, rasgo e formulação de programas, de estratégias, de um conjunto de acções de discriminação positiva para quem sofreu. O que vimos é um vazio de ideias, um vazio de planeamento e, salvo melhor opinião, uma grande incapacidade de



Assembleia Municipal

proponer coisas novas, de proponer estratégias de desenvolvimento para o Município nas mais diversas áreas e que vão ancorar este mandato, salvo alguma mudança que se espera e que se deseja, numa prática de gestão corrente de manutenção. A manutenção dos edifícios não pode aparecer como uma Grande Opção do Plano, são manutenções necessárias. O Senhor Presidente tem de vir aqui apresentar programas de futuro. Eu daqui a quatro anos, o cenário futuro que imagino para o Município de Arganil é isto. Temos visto muito de gestão corrente, muito de gestão à vista e muito pouco pensamento estratégico futuro. -----

----- Temos aqui algumas questões a aplaudir: a intervenção na Capela de S. Pedro, a intenção de ampliação e o aproveitamento de algumas oportunidades de fundos comunitários, nomeadamente na questão da Relvinha. E deixava aqui uma questão no ar que é: Se a candidatura de ampliação da Zona Industrial da Relvinha faz parte de uma Unidade de Planeamento e Gestão, o OPG4 do PDM, agora em vigor e que obriga um Plano de Pormenor ou um Plano de Urbanização para ser executada? Deixo esta pergunta, porque não sei se foi elaborado o Plano de Pormenor para sustentar esta ampliação ou se estamos a falar de área territorial diferente. -----

----- Depois, temos trezentos mil euros de investimento na Lomba da Canho e sendo um grande valor gostávamos que nos explicasse o que está previsto fazer lá, e o que pode garantir que pode ser feito em dois mil e dezoito e também na zona balnear das Fronhas e no Largo do Piódão. -----

----- Em relação ao Largo do Piódão, pelo volume de investimento previsto para a obra, da expressão absolutamente hegemónica que o Piódão tem na visão, quanto a nós limitada, do potencial turístico de Arganil, que é apresentada no Orçamento e até pela própria história de investimento na animação da aldeia do Piódão num passado recente, gostávamos de saber se já existe projecto, se vai ser apresentado porque é ponto que faz uma referência não só no concelho mas da região centro, é capa de revista é tudo, e bem! Toda a intervenção que se possa lá fazer deve ser devidamente escrutinada e apresentada. Tal como foi apresentado o projecto de requalificação urbana na vila de Arganil, o Largo do Piódão assume igual ou maior importância na imagem do concelho de Arganil. Portanto, Senhor Presidente logo que tenha a solução urbanística para o Largo do Piódão, julgo que tem sentido uma discussão/apresentação pública do mesmo, de igual forma que foi feita para Arganil, mas esperemos, que com resultados diferentes. -----

----- Gostava, então, de sublinhar o contexto geral de uma oportunidade perdida em relação a este Orçamento. Uma oportunidade política em termos de gestão da polis, não político-partidária, mas da capacidade de liderança de Arganil, e consequentemente, reforço da esperança, de reafirmação do



RPM
P. Mendes

Assembleia Municipal

Município de Arganil no contexto regional, que, tendo em conta este Orçamento, dificilmente acontecerá. -----

----- Arganil não pode contentar-se, nos próximos quatro anos, com uma estratégia de continuidade, mas em perda. A nossa trajetória tem de ser outra Senhor Presidente!”. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu a intervenção do Senhor Deputado, que durou quinze minutos) e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para os esclarecimentos necessários. -----

----- O **Senhor Presidente da Câmara** começou por responder aos apontamentos do Senhor Deputado António João Lopes. “Dizer que os problemas da interioridade ou da baixa densidade do país, que devo lembrar, afecta duzentos concelhos a nível nacional, se este problema se resolvesse com Grupos de Trabalho já não existiria o problema. De facto, o que assistimos é sucessivamente à criação de inúmeros Grupos de Trabalho, mas sem consequências práticas. Da intervenção que fez, devo dizer que me identifico com alguns aspectos, particularmente em relação àquilo que tem a ver com alguns espaços no âmbito da pastorícia, porque objetivamente essa mesma pastorícia funciona como uma forma de protecção em relação aos incêndios. -----

----- Apesar do nosso Concelho ter uma área bastante significativa, ainda não atingiu os quinhentos quilómetros quadrados, ainda se mantém nos trezentos e trinta e dois quilómetros quadrados, obviamente, que não partilho da sua afirmação e cito “ainda bem que há incêndios!”. Não posso partilhar dessa expressão, até porque, como podemos perceber na nossa região, as consequências trágicas destes incêndios são absolutamente avassaladoras. -----

----- Em relação à Mata da Margaraça, a informação mais recente e que também foi partilhada com o ICNF aponta para uma área ardida de noventa e um por cento, acredita-se que oitenta por cento dos noventa e um por cento terão capacidade de regeneração, ou seja setenta por cento da Mata terá um regeneração natural; os remanescentes vinte por cento, houve de facto uma grande carbonização de algumas árvores aí infelizmente não vai acontecer. -----

----- Em relação à intervenção do Senhor Deputado Miguel Pinheiro, naturalmente, que faz parte do jogo político, nomeadamente aquilo que são as intervenções da Oposição, aquilo que são as intervenções da situação. Já estou aqui há anos suficientes para saber quais são as regras e estranho seria que, pela primeira vez na história, se ouvisse aqui a Oposição dizer que este era um elemento positivo para o Concelho e, naturalmente, que já estava a contar com palavras similares às que proferiu. Mas isso não significa que possa partilhar, como é óbvio, da sua opinião. Aliás não partilho de todo, se há de facto um esforço que considero significativo nestes documentos que são de



Assembleia Municipal

planificação e de intervenção, também devo dizer que planificação muitas vezes não tem de ter necessariamente uma tradução financeira, e permitam dar apenas um exemplo que tem a ver com a área florestal, área relativamente à qual gostava de reconhecer, entretanto, instrumentos legais que permitissem ter uma actuação mais consistente para o território. Ainda assim, o que estamos a fazer em parceria, quer com a Escola Superior Agrária de Coimbra, bem com o Instituto Superior de Agronomia, bem como com a Universidade de Aveiro, naquilo que tem a ver com a planificação é com a definição de um modelo florestal que se considere adequado para o território. Naturalmente, que isto vai chocar, não tenho dúvidas nenhuma, com expectativas privadas e aquilo que são as garantias à propriedade privada, não tenho ilusões em relação a essa circunstância, mas temos o dever de apontar um caminho. E temos depois uma outra componente que tenho chamado de propriedade semi-privada ou semi-pública, que são os baldios e que representam cerca de vinte e cinco por cento da área florestal do concelho, em que, de facto, tratando-se de propriedades com grande dimensão há aqui alguma maior facilidade em tentar implementar um modelo de reflorestação que se considere equilibrado. Agora, ainda em relação a esta matéria, vejo com bons olhos um instrumento legal que foi publicado recentemente, nomeadamente naquilo que tem a ver com fundos de investimento florestal, com maturidades até quarenta anos e de facto permitem olhar para a floresta como um todo e com uma óptica de gestão profissionalizada, mas isso será um instrumento mais simples para áreas com dimensão de propriedade e, infelizmente, temos muito minifúndio e em relação a esse torna-se mais difícil actuar. Isto para dizer, que se trata apenas de um exemplo, que pretende não se identificar, com o que foi a sua opinião. -----

----- Devo dizer que há uma outra matéria, e eu reconheço o esforço do Estado, do Governo da CCDRC naquilo que decorre com as intervenções ou investimentos nos imóveis de habitação permanente e dizer que a CCDRC assumirá a intervenção nos investimentos superiores a vinte e cinco mil euros. Reconheço aqui o papel que o Estado está a desenvolver, mas já vejo com alguma apreensão aquilo que foi a decisão em relação aos prejuízos agrícolas e à agricultura de complementaridade. O que está legislado transforma isto em indemnizações aos agricultores de complementaridade, sem existir necessidade de fazerem o investimento destes valores. Acho que, de facto, seria positivo se houvesse uma obrigatoriedade de reinvestir estes valores, até porque estamos a falar de mais de mil e setecentas candidaturas de valor inferior a cinco mil euros, mesmo que tenhamos aqui uma média de metade, constatamos facilmente que estamos a falar de valores muito significativos e que se fossem reinvestidos teriam maior retorno para o território. -----

----- Esclarecer que, relativamente às demolições que já deviam estar feitas, Senhor Deputado, partilho da sua opinião. Do ponto de vista pragmático já deviam estar feitas; agora, só espero, e faço



RPA
João

Assembleia Municipal

votos para que daqui a dois ou três meses não estejamos a falar dos melindres relativamente a alguém que trabalhe nesta casa, porque as coisas não andam mais depressa. Estamos a falar de questões legais que não podem ser ultrapassadas, mas também deixar aqui o apontamento que até ao momento não está previsto nenhum instrumento legal para compensar estes valores. -----

----- Em relação aos quatrocentos mil euros, aí desculpe-me a minha deformação profissional, não representam zero, zero quatro por cento do Orçamento representam um, setenta e quatro por cento e também não posso partilhar de uma opinião que não é a nossa, não é a forma como olhamos para as intervenções no território nomeadamente quando disse que estão contempladas intervenções para satisfazer compromissos eleitorais, não é assim que olhamos para a coisa pública e não partilho esse tipo de entendimento. -----

----- Também quero dizer que não tenho nenhum problema de afirmação ou de falta de afirmação pessoal. -----

----- Devo também esclarecer ou informar que relativamente à questão que colocou sobre a candidatura para a Zona Industrial da Relvinha. que estamos a tratar ainda de um processo que é ainda mais tardio do que aquilo que julgávamos. Vou esclarecer, foi submetida uma candidatura para esta ampliação que não foi objecto de deferimento pela parte da CCDRC, não teve financiamento e a informação que tive mais recentemente, na reunião que tive esta semana com a Senhora Presidente da CCDRC, é que estamos na pole position para nos podermos candidatar e ter boas perspectivas de apoio à ampliação desta área de localização industrial. O que combinámos foi de o Município solicitar a abertura de um novo aviso de candidatura e teremos alguma probabilidade de êxito neste processo. Naturalmente, que haverá aqui questões relacionadas com o PDM, aquilo que me recordo é que aquele espaço está tipificado como zona de expansão de actividade económica e não lhe consigo precisar o instrumento que vamos ter de desenvolver, mas naturalmente que não será por isso que se deixará de fazer esta ampliação. -----

----- Em relação à Lomba do Canho referi isso na primeira intervenção. O que estamos a tentar articular com a Comunidade Intermunicipal é uma candidatura que permita reativar explorações arqueológicas e esta componente na sequência de um Protocolo que está celebrado com a Universidade de Coimbra e ao mesmo tempo poder potenciar a vivência, nomeadamente com aquilo a que chamamos residências formativas e permitam de facto aqui a estadia de estudantes da área de arqueologia e dessa maneira termos maior retorno deste relançamento. Devo dizer, para que fique claro, que esta iniciativa está muito dependente de conseguirmos ou não a aprovação da candidatura.



Assembleia Municipal

----- Sobre a Zona Balnear das Fronhas é um projecto que já estava articulado e bastante desenvolvido com a Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça que propôs algumas alterações. Penso que em relação a este projecto o mais fácil, se assim o entender, será facultá-lo. -----

----- Sobre o Largo do Piódão ainda não existe projecto e, naturalmente, que partilho a opinião que aqui manifestou de ser um projecto de discussão num âmbito mais alargado. -----

----- Em suma, contrariamente ao que foi a sua opinião, a minha opinião é diversa, apesar de termos aqui um documento que não pode deixar de dar uma resposta imediata áquilo que são os problemas mais prementes da população, das pessoas, do território, naturalmente que está em consonância com o que é a estratégia para o território e muito recentemente foi sufragado pelos Arganilenses e é um documento e um orçamento muito virados para o futuro.” -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara e pediu que os Senhores Deputados que vão intervir, apesar de ainda terem tempo, façam uma síntese. -----

----- Interveio o **Senhor Deputado Miguel Pinheiro** para dizer, que “não tenho nenhum preconceito em relação aos Grupos de Trabalho e o que disse se a solução eram os Grupos de Trabalho estava tudo solucionado, e foi o que disse ao Senhor Deputado António João Lopes, mas em relação a esta questão da definição do modelo florestal o que fez foi criar um Grupo de Trabalho, vamos ver, e acredito que possa vir a ter uma acção prática e uma acção consequente e aplaudo essa colaboração entre a Câmara e as instituições de ensino superior e todos aqueles que queiram e consigam participar. É desejável que se encontre a expressão certa para essa estratégia e há já instrumentos de gestão territorial que podem ajudar nisso, quer sejam Planos de Desenvolvimento Florestal, quer seja a Estratégia Municipal para a Floresta e as condicionantes que o Senhor Presidente estava a referir dos proprietários, pois é a vida! Os proprietários também já têm muitas condicionantes à edificação, já não podem construir onde querem. Se há uma guerra que o Município de Arganil trava, desde que todos nos conhecemos, é contra os incêndios e na gestão do risco que tem sido sempre perdida. E a última batalha foi muito penosa para as nossas tropas! Ter de haver condicionalismos à gestão do território é fundamental e parar de o ver na perspectiva da edificabilidade, ou seja, onde é que se pode e não pode construir é um pequeno passo, mas é o primeiro passo a tomar e a propriedade não confere ao seu titular o livre escrutínio sobre o que pode ou não fazer em termos de edificação. Vamos ter de caminhar para que isto se prolongue e se projete na própria gestão florestal e da propriedade e nisso pode ter a minha palavra que tem todo o meu apoio e de toda a participação que achar plausível, tanto minha como da bancada do Partido Socialista. -----



RPMS
Sarzedense

Assembleia Municipal

----- Em relação à Relvinha sim é isso. A Câmara não pode licenciar, mas não pode deixar de cumprir o Plano Director Municipal que até é recente. -----

----- Sobre os compromissos eleitorais, estes não são ilegais. É muito justo e sensato, aliás é uma obrigação política de verdade que se reflitam no orçamento. Isso é que deve ser, que sejam previstos e isso ninguém está contra, numa perspectiva real e que façam e eu não estou a dizer que não vai fazer. A verdade vai-se sobrepor a todos os estados de espíritos, a todas as fés e fezadas. Em Abril do próximo ano cá estaremos para saber destas promessas eleitorais, o que foram e não foram cumpridas.” -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado António João Lopes** “apenas para dizer ao Senhor Presidente da Câmara que a expressão “ainda bem que há incêndios” está enquadrada num texto, se não amanhã ainda sou julgado porque fui eu que meti o fogo. Portanto, Senhor Presidente não ouça só de um ouvido. O que eu disse foi, ainda bem, que ainda bem que há incêndios, porque temos um bom país, com humidade, terrenos bons e por aí adiante, onde se produzem boas coisas. É evidente que produzem boas coisas e depois nós não as somos capazes de aproveitar. Por isso, é que proponho que nas GOP’s e pode não ser Grupos de Trabalho, não quero Grupos de Trabalho para ir beber uns copos, ou ir conversar sobre futebol ou outra coisa qualquer. Podem ser dois ou três técnicos da Câmara Municipal, que são chamados a estudar as zonas que forem delimitadas. Eu posso colaborar nisso, se houver técnicos da Câmara. Posso dar os meus palpites e o que sei nos meus setenta e cinco anos de experiência de vida.” -----

----- Interveio, seguidamente, o **Senhor Deputado André Vicente** “apenas para destacar, enquanto Sarzedense, o investimento no Parque de Campismo, na tão aguardada ETAR da Relvinha e na Escola Primária/Jardim de Infância. -----

----- Em relação à floresta e no seguimento do que foi dito pelo Executivo queria salientar o compromisso de avançar com o projecto Rota pela Floresta que me parece muito interessante, especialmente num período em que a reforestação assume um papel preponderante, mas na altura certa e com o devido planeamento para não voltarmos a repetir os erros do passado. -----

----- Lamento que o Programa de Revitalização do Pinhal Interior, que a Unidade de Missão para o Interior lançou, deixe de fora Arganil em alguns pontos, particularmente no Eixo Um, no que se refere ao Cadastro Simplificado, à Implementação de Fachas de Gestão de Combustível, ao Projecto Piloto Aldeias Seguras entre outros e espero que o nosso concelho possa estar na linha da frente para a sua replicação. -----



Assembleia Municipal

----- Tive oportunidade de ler o relatório da Universidade de Coimbra e o da Comissão Técnica Independente, da primeira criada para os incêndios de Junho, porque entretanto viria ser criada outra para os incêndios de Outubro. Existem críticas a este Governo, mas existem sobretudo críticas estruturais, transversais a vários Governos e que são importantes, mas importa focarmo-nos mais nas recomendações futuras tanto a nível nacional, como Municipal. Penso que devem ser tidas em conta pelo Município, acho que não devo trazer aqui nenhuma a debate, porque a sessão já vai longa, mas numa próxima Assembleia poderemos discutir isso até porque, entretanto, sairão as conclusões da segunda Comissão Técnica dos Incêndios. -----

----- Todas as medidas envolvem um aumento da despesa, e eu sou um defensor da consolidação orçamental, mas isso não me impede de considerar inaceitável que nos últimos dezassete anos, em média, cerca de noventa e dois milhões e meio por ano foram gastos na defesa da floresta contra incêndios seja prevenção e combate. Tem de haver um investimento superior na floresta e urge também um consenso político estrutural acerca da reforma florestal. Havendo consenso académico, não entendo como é que ainda não houve um acordo sobre esta matéria. -----

----- Termino, repetindo uma frase do Presidente da República, “esta tem de ser a última oportunidade para levarmos a sério a floresta e a convertemos em prioridade nacional.” -----

----- Seguidamente, interveio o **Senhor Deputado Mário Gonçalves**, que depois de cumprimentar todos os presentes, disse que “o tema que queria trazer aqui era a desertificação do nosso concelho e a fixação de jovens no nosso concelho. Olhando para o Plano e Orçamento para o Município em dois mil e dezoito vejo muitas medidas, medidas que considero positivas, mas são, na sua maioria, de intervenção rápida e não a pensar no futuro dos nossos jovens. Queria perguntar ao nosso Presidente sobre o que está a ser feito neste momento, para trazer os nossos jovens para o Concelho. O que é que acontece aos nossos enfermeiros, aos nossos engenheiros, aos nossos médicos e advogados. Jovens que saem do concelho para tirar o seu curso superior, mas depois não voltam. Onde é que, neste orçamento, estão essas medidas? Imaginamos que num ano conseguimos trazer cinco jovens para abrir o seu negócio no nosso concelho e que conseguem empregar dez pessoas, ou seja, uma microempresa. Essas dez pessoas que têm as suas famílias. Estamos a falar de pessoas que vamos instalar no concelho, no final dos quatro anos são seiscentas pessoas que ficarão no nosso concelho. Deixo, então, a pergunta: o que está a ser feito para trazer e fixar os jovens no nosso Concelho? Pois, sem pessoas, não temos um concelho activo.” -----

----- Foi dada a palavra à **Senhora Deputada Elisabete Oliveira** para fazer “um apontamento rápido, para reforçar o que já foi dito sobre a importância das GOP’s e do Orçamento irem ao



RPD
Quilçós

Assembleia Municipal

encontro do que foi o Programa Eleitoral que foi sufragado. Aproveitando a última intervenção, acho curioso e olhando para a bancada do PS e do PSD lembro-me de que há quatro anos, quando fiz a minha primeira intervenção fui apelidada de jovem e achava curioso, como, passado quatro anos, já me sinto nos mais velhos. Pensava no desafio de tornar o nosso concelho rejuvenescido, e é um bom exemplo ter uma Assembleia com esta preocupação. Dizer aqui uma questão particular, que me parece importante reforçar. Fala-se muito na fixação de pessoas nesta lógica da desertificação, tenho particular pena e o André Vicente já falou na Unidade de Missão de Valorização para o Interior, um documento muito pertinente e tinha um conjunto de propostas muito válidas, que de facto ainda não conseguimos ver resultados pragmáticos. Sou militante do PSD, mas acima do meu partido está o meu concelho e há aqui uma questão muito importante, que traz convergência a este órgão, que é o Interior. De facto, falamos muitas vezes disto mas é importante termos aqui uma estratégia para o interior que continua esquecido! Quando temos um Primeiro Ministro, que considera o ano de dois mil e dezassete saboroso, depois da devastação que o interior teve, parece-me, sinceramente, uma amostra de que o interior que continua muito esquecido e longe dos olhares mais mediáticos. -----

----- Em relação a medidas que merecem particular destaque, até para fixação de pessoas, acho que esta lógica da fiscalidade amiga das famílias é muito importante. Mantermos o IMI numa taxa muito reduzida, com cinco por cento do IRS que é devolvido aos municípios e a derrama das empresas na ordem dos zero por cento são sinais muito significativos, quer na atracção de investimentos quer de apoio às famílias que escolhem Arganil para viver e para se fixarem. Não deixo de referir, que me parece pertinente algumas medidas mais específicas para os mais jovens, quer na fixação no concelho quer no desenvolvimento de investimentos." -----

----- O **Senhor Presidente da Câmara** interveio, dando conta que não tem muito mais a acrescentar às intervenções e que percebeu a intervenção do Senhor Deputado André Vicente em relação ao interior e que parece que temos dois interiores diferentes. E aqui, para ser muito claro, também sublinhar que a questão da baixa densidade e da desertificação do território é um problema de mais de duzentos concelhos no país, não é um problema de Arganil, ou de Góis ou da Pampilhosa; infelizmente, é um problema muito mais alargado e sobre este problema todos os partidos que têm estado no poder nos últimos quarenta anos têm responsabilidade sobre esta matéria. -----

----- Em relação às questões concretas, colocadas pelo Senhor Deputado Mário Gonçalves, dizer que, de facto, este documento que a Senhora Deputada Elisabete referiu, documento produzido pela Unidade de Missão e Valorização do Interior é um documento que vale a pena ser analisado. Não se trata de um mero documento, foi um documento publicado em Diário da República e supostamente deveria vincular o Estado naquilo que são as suas iniciativas. Tenho dito várias vezes, que, mesmo



Assembleia Municipal

que tudo o que lá está não fosse feito e fosse deslocalizada a localização dos serviços da administração central, que têm autonomia administrativa e financeira para zonas do interior, só por isso já teria valido a pena a constituição da UMVI, no entanto de concreto nada aconteceu. Ainda assim, dizer-lhe também, que, em consequência dos compromissos por nós assumidos, estamos a desenvolver um conjunto de medidas direccionadas para a fixação dos jovens, que passam muito pela fixação daqueles que são a geração mais qualificada que o nosso país e o nosso concelho já teve. Estamos a falar de empregos qualificados, que exigem medidas específicas e um tratamento diverso, desde logo a articulação com os organismos designados por incubadoras de empresas ligadas ao meio universitário. É uma matéria em que estamos a trabalhar e que no ano de dois mil e dezoito, apesar de poder ter alguma concretização prática não implicará a utilização de recursos financeiros de valor significativo e por isso não está refletida de uma forma clara nestes documentos. "-----

9. Apreciação e votação das GOP – Plano Plurianual de Investimentos e Actividades Mais Relevantes, para o ano de 2018.-----

----- Após todos os esclarecimentos, o ponto foi aprovado, por maioria, com seis votos contra e três abstenções. -----

----- O Senhor Deputado António João Lopes apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

----- Eu voto contra. porque nestas GOP's não vem nada relativo à produção da zona de serra. dado que foi aprovado em Conselho de Ministros há cerca de vinte dias, cinco milhões de euros para agricultura de montanha deveria haver aqui um projecto, uma candidatura, enfim tudo merecia isso. --

----- Outro motivo é não haver nada relativo a aldeias despovoadas, quando temos um turismo de habitação, turismo de pequenos edifícios que me parecia conveniente serem explorados; -----

----- Outro, aspectos culturais, turísticos, que podiam ser motivadores de melhorar o turismo, semelhantes a uma iniciativa que tenho mantido nestes últimos dois anos e que é o Festival de Poesia na Esculca." -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----



RPA
Quando

Assembleia Municipal

10. Apreciação e votação do Orçamento de Receita e Despesa e Mapa de Pessoal, para o ano de 2018. -----

----- O ponto foi colocado à votação sendo aprovado por maioria, com cinco votos contra e três abstenções. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

11. Apreciação e aprovação dos Contratos de delegação de competências e acordos de execução a celebrar entre o Município de Arganil e as respectivas Juntas / Uniões de Freguesias. -----

O ponto foi colocado à votação, sendo aprovado unanimidade. -----

Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

12. -Apreciação e Votação da Proposta de Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia da Assembleia Municipal no âmbito da alínea c), nº1, do artº 6º da Lei nº8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos compromissos e pagamentos em atraso). -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia informou que este ponto está incluído no relatório das GOP's. -----

----- O ponto foi colocado à votação sendo aprovado por maioria, com cinco votos contra e três abstenções. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----



Assembleia Municipal

13. Apreciação do 14º Relatório Semestral de execução de empréstimo de médio e longo prazo, para saneamento Financeiro. -----

----- Usou da palavra o **Senhor Deputado Manuel Augusto Rodrigues**, dando conta que a Bancada do PS se iria abster e lamentar que o “terminus deste documento foi trinta de Junho de dois mil e dezassete, não percebendo porque é que não foi elaborado e aprovado na anterior legislatura. Referiu ainda que no Relatório vinha descrito “no lado passivo as dívidas a terceiros de médio e longo prazo e curto prazo registaram uma variação positiva, justificada pela rubrica de outros credores na qual está incluída a contribuição do Município para o Fundo de Apoio Municipal e o valor da dívida à ADSE, gerada entre setenta e oito e dois mil e cinco e recentemente objecto de plano prestacional. Pergunto, durante três Executivos PSD, não conseguiu elaborar efectivamente um plano para resolver o problema com a ADSE é preciso chegar ao quarto executivo?”- -----

----- O **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que, em relação à ADSE ,trata-se de facto de um acordo ou plano prestacional já aprovado no anterior mandato e anterior Assembleia. -----

14. --Apreciação e Votação da Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar aos imóveis no ano de 2018. -----

----- Interveio o **Senhor Deputado Miguel Pinheiro** para dar um contributo em relação a uma questão também levantada em reunião de câmara: o Piódão. O Piódão é classificado como imóvel de interesse público e por essa razão deveria usufruir do mesmo estatuto do Convento de Vila Cova. Somos de opinião que os imóveis, que se encontram dentro do perímetro, deveriam ter essa diminuição. -----

----- O **Senhor Presidente da Câmara** deu conta, que o entendimento na última reunião de Câmara, foi que antes de qualquer deliberação fosse esclarecido o conceito jurídico, porque o que de facto está no número doze do artigo cento e doze do Código do IMI é que esta redução, até cinquenta por cento de redução da taxa que vigorar no ano relativo ao imposto é aplicável aos prédios classificados como de interesse público, portanto, há aqui dúvidas de que quando se fala de prédios, possamos estar a falar de um conjunto de imóveis na aldeia histórica de Piódão ou se estamos a ser



Handwritten signature and initials: RPS and another signature.

Assembleia Municipal

remetidos para a descrição de prédio no Código do IMI. Temos dúvidas que se possa ter uma interpretação tão lata. Há assim esta questão formal ,que estamos a esclarecer e, posteriormente, será feita uma tomada de posição formal. -----

----- O ponto foi colocado à votação, sendo aprovado por unanimidade. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

15. ---Apreciação e votação da Fixação da Taxa de Derrama, para 2018. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado António João Lopes** “aqui é proposto zero por cento. Gostava de saber se fosse um por cento, qual era o valor? Ou saber, sobre que valor é que esta taxa é aplicada.” -----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** disse não ser possível responder objectivamente, porque há uma regra, que considera injusta no sistema fiscal português, que é um imposto mínimo. Portanto, todos os sujeitos passivos, independentemente de terem lucro, ou não, são tributados. Tem um imposto mínimo e a derrama incide sobre esse imposto. Daí que, muitas vezes, acontece uma dupla injustiça que é alguém que tem prejuízo pagar imposto e pagar derrama. Em concreto, não consigo responder à questão. -----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia** disse que a Administração fiscal não tem disponibilizado dados concretos para responder com exactidão. -----

-----O **Senhor Deputado Miguel Pinheiro** usou da palavra para dizer que o entendimento sobre esta taxa e mais do que o valor é ser mais um parâmetro de sedução de investimento e apoio a quem cá está. -----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** disse que se identifica plenamente com o que foi dito pelo Deputado Miguel Pinheiro e que está definido na política fiscal que decidiram para o Concelho. -----

----- O ponto foi colocado à votação sendo aprovado por unanimidade. -----

Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----



Assembleia Municipal

16. Apreciação e Votação da Fixação da Taxa de IRS, para 2018. -----

----- O **Senhor Deputado António João Lopes** disse que esta taxa lhe cria alguns problemas, pois a maioria dos membros da Assembleia é beneficiado com este valor, a não ser que votem o valor máximo, por isso, a grande maioria dos que podem votar é beneficiada. Eu posso, porque não pago impostos nesta zona. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para responder: “O Senhor Deputado agora fez-me lembrar um colunista, um chamado fazedor de opinião, João Miguel Tavares, que aqui há uns anos escreveu um artigo de resposta ao anterior Presidente da República, que, basicamente, tinha esta ideia: “O Cavaco pensa que o meu dinheiro é dele”. Quando falamos em cinco por cento, estamos a falar em devolver aos cidadãos que têm residência fiscal no nosso concelho; devolver dinheiro que foi pago anteriormente por eles. Não estamos a tirar para dar”. -----

----- O ponto foi colocado à votação sendo aprovado por maioria com uma abstenção. -----

Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

17. Apreciação e Votação da Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para 2018. -----

----- O **Senhor Presidente da Câmara** quis esclarecer que este assunto foi discutido numa reunião de câmara e tinha havido uma alteração legal, já no corrente ano, e esse novo enquadramento legal vem impedir que os operadores de comunicações, como vinham fazendo até agora, possam refletir na factura dos seus clientes esta taxa. O que concluímos na reunião de câmara é que estando as empresas proibidas de cobrar esta taxa se deveria fixar no valor de zero, vinte e cinco por cento. -----

----- O **Senhor Deputado Luís Gomes** interveio apenas para se congratular pela tomada de posição do executivo. Este assunto já havia sido debatido no anterior mandato e é pertinente. -----

----- O ponto foi colocado à votação sendo aprovado por unanimidade. -----



RPMS
Gandy

Assembleia Municipal

Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

18. Apreciação e Votação da Proposta de delimitação de reconstrução urgente para habitação ou atividade económica, de acordo com o artº 4º do Decreto-Lei nº130/2017, de 9 de Outubro.---

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que “houve alguma clarificação relativamente a este ponto que viemos fazendo desde que o assunto foi abordado na reunião de câmara e culminou na elaboração de um documento que considera aspectos técnicos e o que era o entendimento manifestado pela Câmara Municipal. Esse entendimento foi consensualizado anteontem, pelo que pode ter havido algum atraso no envio da documentação. No fundo, tratamos de isentar taxas municipais, relativas ao urbanismo, destes imóveis relativos à recuperação urbana. Cumprimos o que são os formalismos legais e, ao mesmo tempo, estamos a tentar simplificar no que toca à burocracia dos processos de licenciamento simplificando a vida aos proprietários. -----

----- O Senhor Deputado Miguel Pinheiro disse que as questões tinham a ver com a informação agora entregue. Para si, tudo o que seja para aliviar “o fardo das pessoas” é de apoiar. Continuou, dando conta que a listagem tem todos os aspectos e podem surgir algumas que não estão completamente legais. Como se vai fazer? Tem ouvido em relação a Pedrógão que já estão prontas algumas casas e outras ficarão no próximo ano. A questão é: estavam todas legalizadas? Não pode haver um critério para uns e para outros outro. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara interveio, apenas para tentar esclarecer, que este diploma lhe parece generoso relativamente a situações como as que foram referidas. A regra é que se aplica é a regra que existia há data em que foram construídos. Se tivermos presente, que antes de oitenta e seis, à excepção da sede de concelho, não era obrigatório a entrega de projecto na Autarquia, a carga legal era zero e será isso que acontecerá agora. -----

----- Deu conta também, que é possível que esta lista tenha de ser actualizada em próxima sessão, porque poderá haver imóveis danificados no incêndio que ainda não estejam aqui considerados.” -----

----- O ponto foi colocado à votação, sendo aprovado por unanimidade. -----

Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----



Assembleia Municipal

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita saiu da sala.-----

19. Apreciação e Votação da Declaração de Interesse Municipal da Pavimentação da Ligação Vale de Espinho – Covais.-----

----- O Senhor Deputado António João Lopes interveio dizendo que a via em questão é interessante, reduz alguns quilómetros em certos percursos no entanto há uma outra extremamente importante, que é de Mancelavisa para Arganil, diminuindo o trajeto em cinco quilómetros e permite uma imagem muito interessante do Município de Arganil. Chamar-lhe-ia estrada turística prioritária todas as outras são pelos vales esta é pelo cume pelo que deve ser estudada a hipótese.-----

O ponto foi colocado à votação, sendo aprovado por unanimidade.-----

Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

20. Listagem de Contratos Plurianuais, celebrados entre 01 de Setembro de 2017 e 30 de Novembro de 2017, no âmbito da Autorização Prévia Genérica da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais – alínea c), nº1, do artº 6º da Lei nº8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos compromissos e pagamentos em atraso). Para conhecimento.-----

----- Não houve intervenções a registar.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

21. Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

----- Não houve intervenções a registar.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----



Assembleia Municipal

RPMS
Quem

-----Antes de terminar, o Senhor Presidente da Câmara convidou todos para a abertura do evento Fábrica do Natal.-----

ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, agradeceu a colaboração de todos os Deputados e desejou um Feliz Natal e um próspero ano novo.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta, que eu *António Francisco Loureiro* 1º Secretário, subscrevi e também assino.

António Francisco Loureiro